

*coleção* PARLAMENTO

DICIONÁRIO DE  
HISTÓRIA DA  
I REPÚBLICA E DO  
REPUBLICANISMO  
VOLUME I: A-E



## FICHA TÉCNICA

Título Dicionário de História da I República e do Republicanismo. Volume I – A-E

### Coordenação científica

Ana Paula Pires (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Carlos Cordeiro (Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores)

David Luna de Carvalho (Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE)

Ernesto Castro Leal (Centro de História da Universidade de Lisboa)

Hélder Adegar Fonseca (NICPRI – Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais)

Manuel Loff (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Maria Fernanda Rollo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Paulo Fontes (Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa)

Rui Ramos (Instituto de Ciências Sociais)

Vitor Neto (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra)

### Coordenação geral

Maria Fernanda Rollo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

### Edição Assembleia da República – Divisão de Edições

Revisão e índices Assembleia da República – Divisão de Edições (Conceição Garvão, Fernando Sequeira, Maria da Luz Dias, Noémia Bernardo, Paula Crespo, Susana Oliveira, Teresa Fonseca)

### Capa e design Nuno Timóteo

Paginação e pré-impressão Textype e Ana Rita Charola

Impressão Rainho & Neves, Lda.

### Tiragem 600 exemplares

ISBN 978-972-556-556-8 (obra completa)

ISBN 978-972-556-557-5 (volume 1)

Depósito legal 366 586/13

Lisboa, outubro 2013

© Assembleia da República

Direitos reservados nos termos do artigo 52.º da lei n.º 28/2008, de 30 de julho.

[www.parlamento.pt](http://www.parlamento.pt)

## ÍNDICE GERAL

<b>Introdução</b> .....	7
<b>Textos (A-E)</b> .....	11
<b>Índices</b> .....	1293
Índice de textos.....	1295
Índice de autores.....	1303
Índice de entidades.....	1307
Índice de publicações periódicas.....	1323
Índice geográfico .....	1329
Índice onomástico .....	1339

*Associativismo e nativismo em Moçambique: contribuição para o estudo das origens do nacionalismo moçambicano (1900-1940)*, Promedia, 2002; RODRIGUES, Eugênia, *A geração silenciada. A Liga Nacional Angolana e a representação do branco em Angola na década de 30*, Porto, Afrontamento, 2003; SANTOS, Eduardo dos, *Pan-africanismo de ontem e de hoje*, Lisboa, Ed. do autor, 1968.

[Augusto Nascimento]

## ASSOCIAÇÕES E SOCIEDADES CIENTÍFICAS

Para se entrar no mundo (aparentemente) fechado das associações e sociedades científicas é necessário entender que são entidades coletivas, um somatório de rostos de personalidades ligados institucionalmente e que ao longo do tempo mantêm atividade científica. Esta encontra-se regulada estatutariamente, possui uma sede, um espaço de identidade científica, com biblioteca, sala de reuniões, por vezes museu, espólio de arquivo morto e ativo. Cada sociedade ou associação científica constrói uma memória coletiva à medida que vai realizando a sua trajetória no tempo. As suas publicações – boletim, revista, jornal ou memórias ou outra designação mais personalizada (e. g. *Brotéria, Revista de Ciências Naturais do Colégio de São Fiel*, 1902) – são indicadores vitais para obter dados informativos sobre a respetiva história e poder interpretá-la em ambiente da história da ciência em contexto cultural, ideológico, político e científico. Assim, devemos sempre ligar estas instituições científicas a uma atividade editorial, a um conjunto de personalidades que regularmente reúnem artigos, trocam ideias, organizam as publicações periódicas, selecionam artigos, nacionais e internacionais, e estabelecem permutas com outras instituições da mesma família científica. Por outro lado, estas edições regulares são importantes repositórios informativos para obtermos dados sobre a arqueologia das ideias e das palavras da sociedade ou da associação. Além dos artigos científicos, culturais e informativos, dão conta das reuniões estatutárias, evidenciam polémicas científicas, relatam e noticiam eventos do mundo científico, nacional e internacional, de cada área de saber. É nesta forma pública de mostrar à sociedade a sua atividade, a sua existência, que cabe englobar as práticas comemorativas de centenários ou de outras datas relevantes para a identidade, para a memória e para a história científica. Aponte-se como, exemplo iniciático, as realizações do I Centenário da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa cujo *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa* festeja a *Comemoração Centenária em 1923* (um número especial editado em Coimbra, pela Imprensa da Universidade em, 1927).

A sociabilidade científica em Portugal data do final do século XVIII, tendo como matriz de longa duração a fundação da Real Academia das Ciências de Lisboa, em 1779. Instituição que perdurou, e perdura, no tempo da longa duração das várias vivências culturais e políticas da sociedade portuguesa. Um espaço de debate académico, um ponto de reunião inter pares, eleitos, selecionados, convidados que formalmente davam ecos do seu trabalho através das reuniões estatutárias e da publicação da *Memórias* da Academia ou do *Boletim* da Academia das Ciências, para além das publicações saídas da tipografia da Academia, ao longo dos três séculos da sua existência, até aos nossos dias. Efemérides, homenagens a personalidades da ciência e a

sociedades científicas, ou construção científica de memória de cientistas do mundo foram temáticas que sempre ocuparam a ação cultural e científicas dos sócios da Academia. Um destaque ainda para o *Jornal de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais* que durante o período de 1866 a 1927 foi o porta-voz, nacional e internacional, da atividade científica levada a cabo pelos sócios da vetusta instituição.

Lisboa, capital do império ultramarino, no último quartel do século XIX, assiste à institucionalização e construção da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), (1875), bem no início de um espaço de uma sociabilidade urbana emergente, proporcionada pelo Passeio Público e pelo Coliseu dos Recreios (inaugurado em 1890). A SGL apresentava-se como um palco grandioso para um público que acreditava no progresso científico e para receber várias famílias de comunidades científicas – arqueologia, etnologia, geografia, geologia, antropologia, medicina, ciências naturais – quando se juntavam em congressos nacionais e internacionais. A Sala de Portugal foi o espaço ideal para as receções oficiais com honras de Estado, no final da Monarquia, durante a I República, atravessando o Estado Novo e ganhando novo fôlego e novas leituras com a instauração da Democracia em Portugal. Trata-se de um lugar amplo e rasgado, remetendo para o imaginário científico das missões e das viagens científicas ao império; enquadramento de fundo proporcionado pelo somatório das coleções científicas do Museu da Sociedade de Geografia. Um ponto de encontro de sociabilidades científicas transformadas em sociabilidades de encontros e de mediatização – a imprensa da época realizava verdadeiras coberturas jornalísticas aos eventos realizados na Sala de Portugal (*O Século*, o *Diário de Notícias*, a *Ilustração Portuguesa*). O *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* começou a publicar-se em 1876 (tem sido editado ininterruptamente até à atualidade do século XXI) funciona como o rosto personalizado e ativo da atividade que os sócios foram desempenhando e forma tendo ao longo de mais de um século de atividade, com pontos altos e decisivos durante o período da República. Nesta fonte de informação encontramos as ideias visionários de Luciano Cordeiro, o rigor de Ernesto de Vasconcelos (primeiros secretários da SGL) ou a marca de António Augusto de Aguiar, de Bernardino Machado ou ainda detalhes sobre os espólios de Serpa Pinto, Roberto Ivens, Hermenegildo Capelo, Henrique de Carvalho, Silva Porto ou de Gago Coutinho confiados a esta instituição.

A Sociedade de Geografia de Lisboa constituiu, pois, um pólo complementar ao ambiente seletivo e de *meritocracia* científica da Academia das Ciências. Na República, já a Sociedade se encontra implantada, e sociabilizada, no eixo mundano da capital do império. Entre o Coliseu, os teatros e a proximidade da «colina da saúde» – o Campo dos Mártires da Pátria –, a Sala de Portugal funcionava como a grande galeria de arquitetura de ferro para receber conferencistas médicos, mensageiros sanitários, militares de missões africanas, engenheiros, publicistas, jornalistas, cientistas de várias agremiações científicas que, neste espaço, tornavam operante o conceito de «público entendimento da ciência».

Também o Porto teve a sua Sociedade de Geografia, instituída por motivos comerciais, no contexto do Centenário de Camões, 1880, reunindo em seu redor um pequeno laboratório de experimentação de sociedade científica, com inclusão de alguns membros da Academia Politécnica do Porto, jornalistas e comerciantes, sob a presidência de Oliveira Martins: a Sociedade de Geografia Comercial do Porto, tendo

publicado o *Boletim Sociedade de Geografia Comercial do Porto* (1880-1886). A referência é aqui colocada para entendermos que a sociabilidade científica fora dos círculos da capital não era um episódio bizarro ou estranho. O Norte teve várias sociedades e associações desta tipologia, muitas delas de grande longevidade como a Sociedade Martins Sarmiento (Francisco de Gouveia Martins Sarmiento, 1833-1899) em Guimarães, criada em 1881, tendo como rosto expressivo da sua atividade a *Revista de Guimarães* (1884).

Ainda neste círculo de sociedades pouco conhecidas e de efémera duração, herdadas do cientismo, positivismo e africanismo de final de oitocentos, referenciamos a criação da Sociedade de Propaganda de Conhecimentos Geográficos Africanos, em Luanda, no ano de 1881, também com a imediata publicação do seu *Boletim da Sociedade de Propaganda de Conhecimentos Geográficos*. Efémera, mas significativa da existência do fenómeno sociabilidade científica com objetivos utilitários e científicos, para o (bom) uso da pátria.

É no contexto de um Portugal pré-republicano de *fin de siècle* que se regista o nascimento de várias outras sociedades científicas. A Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses (com o respetivo *Boletim*), criada em 1863 com grande atividade pública no que diz respeito ao estudo científico do património arquitetónico e arqueológico, envolvendo personalidades das ciências naturais e da geologia, como saberes que se cruzavam com a missão científica da Associação. Neste campo organiza-se, no Porto, a *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, «órgão dos trabalhadores da Sociedade Carlos Ribeiro» (1889-1899), importante repositório para as áreas das ciências naturais, da arqueologia, da antropologia, da história, da folclore. Publicação que se manteve como rosto da Sociedade Carlos Ribeiro e com ligações institucionais na área das ciências naturais ao Museu Municipal do Porto (história natural) e à Academia Politécnica do Porto, no que se refere ao catálogo do seu Gabinete de Mineralogia, Geologia e Paleontologia.

Em Coimbra surge a Sociedade Broteriana e o *Boletim da Sociedade Broteriana*, em 1880, obras do labor naturalista de Julio Augusto Henriques (1838-1928); ambas as instituições – Sociedade e *Boletim* – foram naturalmente incorporadas na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, após 1911, continuando ao longo do século XX a desempenhar e a honrar o legado científico da sua fundação.

O final do século XIX tinha claros traços de cientismo associativo, formas marcantes de organizar a atividade científica e de cruzar trajetórias científicas, trocas de saberes que se iam emancipando no caldo cultural do positivismo. É, pois, natural que nas vésperas da República o fenómeno da sociabilidade e do associativismo científico progreda no país, projeção e reflexo de contextos científicos europeus aos quais boa parte da inteligência científica portuguesa tinha ligações regulares, quer por via dos congressos, quer por via das exposições, quer através da circulação das publicações científicas internacionais em Portugal. Parece, pois, natural que a dupla «sociedade científica/ revista científica» sejam a chave de todo este processo de aceleração de sociabilidades.

Em 1905, surge no Porto, sob o impulso do químico portuense Ferreira da Silva (1853-1923) a *Revista de Química Pura e Aplicada* que viria a proporcionar a criação da Sociedade Portuguesa de Química, em 1911, cujo centenário foi cientificamente preparado e comemorado em 2011, no âmbito do Ano Internacional da Química.

A Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais nasceu em 1907, em Lisboa, na ressaca científica da realização em Lisboa do grandioso XV Congresso de Medicina. Assim, não admira que tenha aglomerado vultos significativos do abrangente conceito «ciências naturais»: referimos como exemplos paradigmáticos os nomes de Mark Athias, de Celestino da Costa, de Matoso dos Santos, de Miguel Bombarda, de Carlos França, de Bettencourt Ferreira, de Antero de Seabra, de Carlos Teixeira ou de Germano Sacarrão. Como mostra pública da sua existência, organizou, logo em 1907, o *Boletim da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais*.

No Porto, em 1918, Mendes Correia (1888-1960), funda a Sociedade Portuguesa, Antropologia e Etnologia, cuja permanência foi acompanhada ao longo de décadas pela publicação dos *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. A criação da Sociedade Portuguesa de Biologia, em 1922, com ligações à Sociedade de Paris, foi impulsionada por figuras como Mark Athias (1875-1946), enraizando-se na Sociedade de Ciências Naturais de 1907. Em 1920, Athias, juntamente com Celestino da Costa (1884-1956) e Abel Salazar (1889-1946), organizam a edição dos *Archives Portugaises des Sciences Biologiques*. Esta Sociedade teve um particular relevo no plano da investigação científica biológica e biomédica em Portugal, a ela surgem associados nomes como o do bacteriologista Aníbal Bettencourt, do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, Sílvio Rebelo (1879-1939), da área científica de farmácia, e ainda o fisiologista Ferreira de Mira (1875-1953), responsável pelo Instituto Rocha Cabral, instituto de investigação científica privado, fundado em 1922 por Bento da Rocha Cabral, que deixou a sua fortuna pessoal a esta «fundação» com o objetivo de «criar ciência» na área das ciências biológicas.

Entende-se que o aparecimento de sociedades e associações científicas dependem dos trajetos científicos de gerações culturais, ligam-se com contextos internacionais ou refletem a emergência de novas áreas científicas, situações completamente alheias a queda de regimes institucionais ou a revoluções drásticas de alteração da sociedade, como a implantação da República ou a imposição do Estado Novo. As ligações que, depois, os cientistas podem estabelecer com contextos de época, como cidadãos e cientistas ativos, é um outra dimensão da história social da ciência em Portugal.

Tomemos como guia deste tópico as ciências naturais, signo importante para seguirmos itinerários de saberes científicos de várias sociedades e entender os múltiplos cruzamentos efetuados no palco das instituições científicas em Portugal.

Em 1921, a Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais (relembremos, criada em 1907) lançou o *Jornal de Ciências Naturais*, nele participando regularmente os membros da Sociedade, passando a intitular-se, a partir de 1936, *Naturalia* e apresentando-se como «(...) a publicação que lhe deu origem, (...) continua a ser uma revista trimestral destinada, como aquela, a fornecer aos estudiosos das Ciências Naturais um apanhado de assuntos expressivos que possam, de algum modo traduzir o movimento científico contemporâneo nos vários ramos da História Natural. Com o reaparecimento da revista tem a Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais também por fim tornar de algum modo conhecida a obra, desde que, desde o seu início há perto de trinta anos, vem realizando. Para aqueles que desconhecem essa obra, diremos que a Sociedade mantém um *Boletim* que, espalhando largamente pelo mundo culto, leva assim ao conhecimento dos investigadores estrangeiros o trabalho dos seus associados

e, por esta forma, contribui para que o nosso país seja considerado pela sua produção no que se refere às Ciências Histórico-Naturais. Aos esforços conjugados da Sociedade de Ciências Naturais e da Sociedade Portuguesa de Biologia, por ela criada como filial da «Société de Biologie» de Paris, se deve também a publicação *Archives Portugaises des Sciences Biologiques*, muito apreciada lá fora, onde torna conhecido o labor científico dos investigadores portugueses no campo da Biologia (...). À Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais deve-se igualmente a Estação de Biologia Marítima, Aquário Vasco da Gama (...) os seus trabalhos são publicados nos órgãos da Sociedade ou em revistas estrangeiras (...). A confirmar o que dizemos, está ainda a valiosa biblioteca obtida por troca com coletividades estrangeiras similares que, deste modo, reconhecem o mérito e o valor da nossa agremiação» (*Naturalia*, 1, 1, 1, 1936, I-II).

Podemos entender que uma das funcionalidades destas sociedades era colocar no cenário internacional, diretamente, os trabalhos dos cientistas portugueses e atrair a atenção para a investigação e os estudos de caso que iam sendo preparados; sociedades – e respetivas publicações – que permitiam a inclusão nos circuitos internacionais dos biólogos portugueses, como a leitura da biografia escrita por João Lobo Antunes sobre Egas Moniz (Lisboa, Gradiva, 2010) muito bem elucidada sobre este trânsito institucional de ideias e de relatos de experiências no mundo científico, europeu e americano (Norte e Sul).

Se as sociedades e associações oitocentistas viveram da necessidade de produzir – e exibir – um aparato de capital científico centrado no somatório individual de organizar práticas científicas, na República os cientistas mostram-se profissionalmente mais atentos e despertos para a necessidade de a ciência ser inerente e, eminentemente, uma cultura internacional, tendo em conta que a investigação realizada, ou os debates existentes, deviam ser dados a conhecer nas demais sociedades congêneres europeias ou mesmo americanas.

Deixamos para o final a sistematização da sociabilidade científica da área da medicina, aqui tomada como um possível laboratório para descobrir e entender as ligações das permanências científicas após a implantação da República e as ligações duradouras que se vão estabelecer com o Estado Novo.

Se a sociabilidade médica é merecedora de lugar de primazia – a saúde pública e a medicina são temas charneira da nova visão mental da sociedade republicana e do papel que os médicos tiveram na germinação e legitimação pública da República. Entremos no capítulo das sociedades médicas, ponto de partida para uma das mais antigas sociedades científicas herdadas do segundo fôlego do liberalismo oitocentista. Referimo-nos à longevidade da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, fundada ainda em 1823, renovada em 1835, passando a dispor, a partir de 1836, do *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa*. Uma instituição que atravessa o longo arco temporal das grandes fases da história da sociedade portuguesa contemporânea: Monarquia Constitucional, I República, Ditadura Militar, Estado Novo e Democracia, entrando pelo século XX, plena de vigor e de atividade ([www.scmmed.pt](http://www.scmmed.pt)). Mas, para um apuramento de investigação histórica para os meandros do contexto da República, é fundamental consultar a publicação da Sociedade de 1927: SOCIEDADE DAS CIÊNCIAS MÉDICAS DE LISBOA (1822-1922), *Comemoração centenária em 1923*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927.

Em 1923, a Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa celebrou o seu primeiro centenário (1822-1922). Sob a presidência de Costa Sacadura (1872-1966), vários foram os oradores convidados a dissertar sobre o papel que a medicina – relevando a prática científica dos médicos – havia desempenhado na sociedade portuguesa. Os festejos de solenidade nas instalações da Sociedade foram complementados pela organização de uma exposição documental, mote para sugerir o projeto da fundação de um museu, pilar material e pedagógico que funcionaria como um porta-voz permanente do que a comunidade médica em Portugal havia feito pela sociedade portuguesa ao longo de 100 anos. A edição celebrativa reflete a construção social e científica da memória da comunidade médica ao longo de 100 anos. A leitura dos textos desta comemoração centenária da Sociedade com denominação de «Lisboa» faz-nos romper, de imediato, o espaço circunscrito da capital do império, bem assim como o universo de conceito oitocentista de «ciências médicas». Ricardo Jorge (1858-1939) encontrava-se ausente, por motivos de saúde, mas enviou o texto da conferência sobre «Epidemiologia e Profilaxia». Temas como a medicina social, a biologia, a medicina veterinária, os estudos farmacêuticos, a medicina colonial, a tuberculose, a saúde pública foram sendo referenciados ao longo destas práticas comemorativas que cobriam a cartografia do Portugal metropolitano e das províncias ultramarinas. No momento de consagrar a memória dos grandes da Sociedade, introduziu-se o tópico da investigação científica na Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa. O discurso é coloquial e arrebatador por parte do presidente, Alberto MacBride: «Apareceu então o Pestana, o Sousa Martins, o Eduardo Abreu... o Pasteur, o Bettencourt Rodrigues e o Serrano», «além do Bombarda, do Athias, dos Congressos, da vinda de médicos alemães a Portugal» (*Sociedade*, 1927, 94)!

Passemos para outros traços – informais – da sociabilidade médica. As instituições de ensino, com a memória dos espaços hospitalares, dos espaços museológicos de Lisboa, do Porto e de Coimbra, universidades formalizadas pelo regime republicano. *A Medicina Contemporânea* (29 dezembro 1912) publica uma síntese da rede de instituições médico-sanitárias de que Portugal dispunha na época. A capital do império dispunha de um complexo de tipologias muito alargado, destacando-se a Faculdade de Medicina, a Escola de Medicina Tropical e o Hospital Colonial, complementados pela existência de um Curso de Medicina Sanitária, locado no Instituto Central de Higiene, dirigido por Ricardo Jorge. Instituições que mantinham laços de atividade científica com as sociedades e associações existentes na época, no campo das ciências naturais e biológicas.

As cidades do Porto e de Coimbra – com as suas respetivas Faculdades de Medicina – aparecem caracterizadas como as «outras cidades universitárias» que também dispunham de pilares fundamentais para o ensino de uma prática de assistência hospitalar diversificada, contando também com um conjunto de publicações das agremiações médicas, marca de profissionalismo nacional da comunidade científica. Refira-se a existência da Associação dos Médicos do Norte de Portugal, a Associação dos Médicos do Centro e o núcleo de imprensa da região Norte e Centro: *Gazeta dos Hospitais do Porto, Jornal dos Médicos e Farmacêuticos* e a revista *Medicina Moderna*, na cidade do Clérigos; a urbe do Mondego contava com a publicação *Movimento Médico*. Publicações que se cruzavam com os órgãos oficiais das sociedades e associações

científicas. E estas fornecem pistas para uma sociabilidade real, e virtual, possibilitada pelos periódicos e pelas revistas médicas: o pensar e produzir um veículo científico, mas também a vertente de ser leitor e assinante da publicação, como uma cumplicidade estabelecida entre o produtor e o leitor. Aos títulos já anteriormente mencionados, juntemos alguns outros: *O Instituto*, da Universidade de Coimbra, o *Arquivo de Anatomia e Antropologia*, a partir de 1913 sob a direção da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Mas, na capital, há que destacar ainda os seguintes títulos: *Arquivos do Instituto Central de Higiene*, *Arquivos do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana*, *Arquivos do Instituto de Medicina Legal*, *Arquivos de Higiene e Patologia Exóticas*, publicações ativas já em 1911, títulos que complementavam o *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles* que, como referimos, em 1907 já publicava artigos de membros da Sociedade das Ciências Naturais. Trata-se de uma busca de internacionalização científica e de visão europeia em vésperas da implantação da República encabeçada pelos médicos ligados ao (então) Real Instituto Bacteriológico. O aparecimento do *Boletim da Associação dos Médicos Portugueses* (1918) como órgão da Associação dos Médicos Portugueses, sob a direção de Ayres Kopke, reforça a ideia de que a comunidade médica em Portugal, com a República, ganhou um impulso de organização científica plasmada também na produção de periódicos médicos de interesse corporativo, científico e informativo. Decerto que os profissionais de medicina se pautavam por uma grande circulação de ideias que as viagens reais, ou as obtidas pela leitura (ou pelo debate de leituras), proporcionavam e fomentavam.

Sob o mote das sociedades médicas e de saúde pública desenha-se uma geografia da sociabilidade científica nacional das sociedades e associações das ciências naturais e biológicas: grande família onde cabem muitas formações académicas científicas (desde a arqueologia à geologia, passando pela etnologia e antropologia, ciências coloniais e tropicais, as biológicas ou biomédicas). Lastro científico que emerge no último quartel do século XIX português e que se vai afirmando profissionalmente e cientificamente através da afirmação pública das agremiações científicas e das publicações periódicas, ou boletins, rostos coletivos do que se passava no interior das diferentes sociedades/associações, revelando, em simultâneo, as redes nacionais e internacionais que em cada área do saber se iam tecendo. Momentos de balanço e de entender estas ligações: os congressos científicos nacionais e internacionais, ou a presença em pavilhões temáticos das exposições universais e internacionais.

**Bibliografia:** *História e desenvolvimento da ciência em Portugal no século XX*, Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Tomo I, II e III, 1989; LOPES, Quintino Manuel Junqueira, *Portugal 1940. A internacionalização dos cientistas do VIII Congresso do Mundo Português*, tese de mestrado em Estudos Históricos Europeus (Orientadora Maria Fátima Nunes), Universidade de Évora, 2010; SACADURA, Costa, *Para a história da Secção da História da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, Lisboa, Sep. Jornal Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, 1955.

[Maria de Fátima Nunes]

## CIENTISTAS

Designamos por cientistas as personalidades que ao longo dos séculos XIX e XX, em Portugal, estiveram ligadas à prática de atividade científica, inseridos em redes de comunicabilidade institucional, quer em contexto do espaço português (metrópole e colónias) quer em contexto internacional. Protagonistas da atividade cultural e científica que se foi desenvolvendo no âmbito das instituições científicas emergentes do impacto do movimento reformista das Luzes setecentistas, das reformas institucionais e científicas do liberalismo português (as do vintismo, as da revolução de setembro e as da Regeneração) e da transição destas instituições, e das suas práticas científicas, do último quartel do século XIX para o alvorecer do século XX, marcado simbolicamente pela implantação da República, em 5 de Outubro de 1910.

A primeira nota. Um olhar sobre os cientistas da República, ou do período republicano, não pode ser perspectivada como um corte de tempo abrupto, bem pelo contrário. As gerações de cientistas que se apresentam operantes e ativas em 1910 fizeram toda a sua formação no período anterior e boa parte delas continuou a sua atividade científica pelos anos do Estado Novo, ligadas quer a instituições científicas de ensino, quer a laboratórios, quer a organismos de política científica como a Junta de Educação Nacional (decreto de criação n.º 16 381, de 16 de janeiro de 1929). Assim, entrar nos meandros do caldo cultural e da prática social dos cientistas obriga o historiador a olhar para um território estruturante: instituições científicas em atividade em Lisboa, no Porto e em Coimbra, assim como um olhar rápido para outros espaços, como as colónias em África e na Ásia, se quisermos mencionar coletivamente os cientistas que organizaram o I Congresso de Medicina Tropical da África Ocidental, em Luanda, 1923, no qual discursou, em nome da República, o General Norton de Matos, alto comissário da República e governador-geral de Angola em 18 de julho de 1923 (MATOS, Norton de, Luanda, Imprensa Nacional, 1928) e onde estiveram presentes médicos que já haviam participado no XV Congresso Internacional de Medicina, em Lisboa, em 1906, incluindo alguns formados pela Escola Médica de Goa, como Alberto Correia Germano da Silva (1888-1967) que palestrou sobre a vacina da varíola e sua aplicação em Angola). Teias de um amplo circuito de itinerários de cientistas em ação! Tempo conjuntural para relembrar os cientistas que se encontravam alocados à secular Escola Médica de Goa, onde imperou durante toda a primeira metade do século XX o nome do médico formado por esta Escola – Indalêncio Froilano de Melo (1887-1955), cientista em permanente atividade nacional e internacional durante anos ininterruptos, participando em áreas de charneira científica da primeira metade do século XX, tais como a medicina, a medicina tropical, as ciências naturais e biológicas e ainda a antropologia, escrevendo em revistas e para sociedades científicas destas configurações disciplinares, emitindo pareceres de política científica e ideológica, sobretudo a partir de 1933. Uma segunda nota de organização. A estrutura militar e a convivência com a parte prática e utilitária dos cientistas que cruzam caminhos de prática científica entre instituições civis e instituições militares, sobretudo no campo da engenharia, da geologia, da cartografia, das ciências coloniais, das expedições terrestres metropolitanas e africanas, da fotografia como campo científico. Nomes que tanto surgem ligados à atividade científica militar como à atividade técnico-científica

ou política da sociedade civil, em áreas de ligação como a matemática, as ciências exatas e as ciências naturais ou a medicina, a higiene, a saúde pública e as ciências biológicas.

É fundamental ancorar os cientistas em espaços institucionais e entender as ligações que esses espaços de ciência tiveram no plano internacional em vários registos: congressos, *comptes rendus*, revistas internacionais, missões e viagens institucionais, sociedades e associações científicas internacionais e nacionais.

Em demanda de um repositório informativo acessível a todos os investigadores, selecionamos o suporte do VIII Congresso do Mundo Português, 1940, realizado na Universidade de Coimbra, coordenado cientificamente por Joaquim de Carvalho e disponível na Biblioteca Digital da Universidade de Coimbra: *Discursos e Comunicações apresentadas ao Congresso da História da Atividade Científica Portuguesa* (VIII Congresso), volumes XII-XIII, Ed. Comissão Executiva dos Centenários, 1940, disponível na Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional de Portugal: <http://purl.pt/414> e <http://purl.pt/415>.

Lancemos um olhar retrospectivo a esta última película de um filme de síntese sobre as atividades dos cientistas em Portugal após o último quartel do século XVIII. Uma verdadeira radiografia espacial e temática para a cartografia específica dos cientistas no arco temporal da implantação da República.

Primeira divisão, as cidades com capacidade para atrair cientistas e trabalho científico: Coimbra, a alma mater de longa duração da universidade portuguesa – o complexo de edifícios pombalinos e de renovação científica de prática científica e de ensino, como o Observatório Astronómico, os museus, os gabinetes, os laboratórios, o Teatro Anatómico de Medicina e os espaços adjacentes de farmácia, assim como a função científica e pedagogia do Jardim Botânico, iniciado e idealizado por Avelar Brotero (1798-1873), espaços estruturantes que permitem entender a atividade científica (HENRIQUES, Júlio Augusto, 1838-1928).

Em Lisboa, temos diferentes espaços urbanos: a Colina da Ciência, sob o signo do impacto da Politécnica e dos Museu de História Natural, estendendo-se até ao complexo científico da Academia das Ciências de Lisboa – Instituto Geológico, paredes meias com a imponente sede do jornal *O Século*, sempre aberto à colaboração de cientistas e a divulgar atividades científicas ligadas a diferentes instituições nacionais e internacionais; registre-se também a Colina da Saúde e da Medicina, ou a atração de cientistas médicos para o epicentro do Campo dos Mártires da Pátria, e ainda a urbe lisboeta do Eixo da Ciência Colonial, nos espaços adjacentes da memória dos Descobrimientos, entre o eixo da Junqueira e de Belém: Jardim Colonial, Hospital Colonial, Escola de Medicina Tropical, Escola Colonial – instituições emergentes nas vésperas da República que tiveram várias gerações que nelas trabalharam em áreas ligadas ao estudo científico das colónias durante todo o período republicano e durante o Estado Novo, com algumas adaptações ao nível das designações oficiais. Fica-nos ainda nesta cartografia de guia científico de Lisboa a Tapada da Ajuda (na sombra do Museu de História Natural da Ajuda) o espaço da agronomia e o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa: eixo de Alcântara (1888), embrião da criação do Instituto Superior Técnico, graças à atividade e ao dinamismo de Alfredo Bensaúde (1856-1941) que viria a criar o Instituto (1911) de acordo com o modelo alemão, no qual a Engenharia convivía com a Geologia, a Matemática, a Física, a Química e a Biologia, o que significa trabalho cruzado entre diferentes cientistas.

O Porto surge como o cadinho da atividade científica da sua Academia Politécnica, antigo espaço da Academia Real de Marinha e Comércio do Douro, e as suas múltiplas atividades de cientistas ligados à Química, diretamente centrada na figura de Ferreira da Silva (1876-1923), à Astronomia e à Matemática, com o *ex-libris* inicial de Francisco Gomes Teixeira (1851-1933) ou aos espaços de estudos marítimos dirigidos por Augusto Nobre (1865-1946) no Instituto de Zoologia da Universidade do Porto, onde desenvolveu estudos na área dos moluscos e dos mariscos, de coleções de conchas marítimas, tendo fundado os *Anais das Ciências Naturais. Revista de História Natural, Agricultura, Piscicultura e Pesca Marinha*.

Caracterizar o perfil coletivo dos cientistas pelos espaços nacionais – Lisboa, Porto e Coimbra – permite associarmos a sua atividade científica à prática comemorativa das ciências, a partir das instituições em que se encontram inseridos, construindo identidades. Uma imagem de marca da sua produção – construção de memória coletiva de instituições científicas do Portugal contemporâneo, desde o centenário comemorativo da reforma pombalina da Universidade de Coimbra, levada a cabo na universidade em 1872, pelo seu reitor Júlio Máximo de Oliveira Pimentel (1809-1884), homem formado pela Escola Politécnica de Lisboa e seu primeiro lente de Química. A título de referência fixemos o ciclo comemorativo dos 100 anos da instalação da Escola Politécnica de Lisboa e as respetivas comemorações em 1937, levadas a cabo pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa; a comemoração da instalação definida dos estudos universitários em Coimbra, 1537-1937, número especial da revista *O Instituto*, acessível a partir da Biblioteca Digital da U.C. (<http://almamater.uc.pt>) ou ainda o ciclo comemorativo do I Centenário da Academia Politécnica do Porto (1937), sob a batuta da figura emblemática dos arquivos do Porto Artur de Magalhães, *Memória Histórica da Academia Politécnica do Porto*, Porto (1937). Recentemente, o I Centenário da Universidade de Lisboa (1911-2011) permite igualmente acesso virtual a um conjunto de biografias de cientistas que, desde os tempos da Politécnica de Lisboa do liberalismo oitocentista, se cruzaram ao longo dos séculos XIX e XX pelo antigo edifício (histórico) do Noviciado da Cotovia, na direção Rato – Academia das Ciências de Lisboa (<http://memoria.ul.pt>).

Neste deambular de locais para encontrar referências ao binómio cientistas/instituições nas cidades portuguesas, centramo-nos em 1940 e regressivamente construímos um conjunto de referências de gerações culturais de áreas de saberes.

Fixemo-nos nessa data de centenários de Estado Novo para observar cientistas em ação que emergiram no dealbar da República, tendo boa parte deles recebido formação científica e, por vezes, laboratorial nas instituições do último quartel do século XIX português, o que nos permite interrogar sobre o significado de conceitos de continuidade e de impacto de ruturas políticas, nas permanências e/ou descontinuidades científicas da prática da investigação. Nas ciências médicas e bacteriológicas, inserimos desde logo o ponto de início: Instituto Bacteriológico de Lisboa (1892) que tomou a designação de Real Instituto Bacteriológico em 1895; em 1899 muda-se do Hospital de S. José para edifício próprio no Campo de Santana, face a face com a Escola Médica de Lisboa, tomando o nome do seu mecenas científico – Luís de Câmara Pestana (1863-1899) – passando a designar-se Instituto Bacteriológico Câmara Pestana. O Instituto foi incorporado na Universidade de Lisboa (1911) e constitui um espaço



de ciência e de investigação biomédica de singular importância no panorama cultural e científico português, tendo havido cruzamentos científicos e de redes de investigação entre os protagonistas (e fazedores de memória) das ciências biomédicas e bacteriológicas, como a narrativa celebrativa de 1940 informa, na qual aparece várias vezes o nome de Ricardo Jorge que já não esteve presente, uma vez que morreu em 1939.

Nestas áreas de disciplinas falamos de J. G. Bettencourt Ferreira (1895-?) que, após concluir o curso de Medicina da Escola Médica de Lisboa, estagiou em Bruxelas, por volta de 1908; de Mark Athias (1875-1946) – um dos expoentes da investigação de bancada de laboratório – com formação na Escola Médica de Lisboa em 1905, após concluído o curso de Medicina na Faculdade de Medicina de Paris, em 1897; Antero F. de Seabra, que frequentou em Paris, entre 1894 e 1897, a Sorbonne e a Escola Prática dos Altos Estudos; de A. P. Celestino da Costa (1884-1956), diplomado em 1905 pela Escola Médica de Lisboa, realizou estágios de laboratório em diversas instituições estrangeiras, como sejam o Anatomisch-Biologisches Institut, da Universidade de Berlim, em 1906-1907, e o Hygienisches Institut, também da Universidade de Berlim, em 1908; de Alberto Carlos G. da Silva Correia (1888-1967), da Faculdade de Medicina do Porto (conclusão em 1911) e formação complementar pela Escola de Medicina Tropical de Lisboa; de referir ainda o curso de Especialização Antropológica da École d'Anthropologie de Paris. Luís de Pina (1901-1972) de formação médica, que em 1930 partiu para o estrangeiro para estudar em França (nas universidades de Tolosa e de Paris) Antropologia e Anatomia Comparativa, e na Polónia, concretamente em Varsóvia, Antropologia e Anatomia Comparativa.

Ainda sob a formação científica da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, assinalamos a presença no universo dos cientistas em Portugal as figuras de Henrique J. de Vilhena, de A. Silva Carvalho (1861-1957), de José L. Dias que, formado em Medicina pela Universidade de Coimbra em 1923, frequentou os hospitais Hotel Dieu e Charité, em Paris, no ano de 1925, especializando-se em Radiologia; de Augusto de Esaguy (1899-1961) que frequentou as Faculdades de Medicina de Lisboa e de Paris; de Luís Figueira (1894-1969) que cursou Medicina Sanitária e Malariologia no Instituto de Medicina Tropical, de Hamburgo, e na Scuola Superiore di Malariologia, de Roma, figura cimeira do Instituto Bacteriológico, havendo publicado em 1942 um balanço sobre o assunto: *Nota sobre o estado da investigação bacteriológica no Instituto Bacteriológico Câmara Pestana*.

Não podemos deixar de voltar a referenciar a figura do médico do império colonial, de Goa até Lisboa, Indalêncio Froilano de Melo, que permite ter uma visão abrangente da República para o Estado Novo, da ciência até ao Parlamento, de Goa até ao resto do império, sob a batuta da prática e de uma atividade científica: Medicina e áreas afins.

Ainda seguindo a linha informativa de 1940, fixemo-nos nas ciências físico-químicas e matemáticas. Um verdadeiro rol de cientistas que atravessaram as três primeiras décadas do século XX português.

Belisário Pimenta (1879-1969), Aquiles Machado (1862-1942), Pedro José da Cunha (1867-1945), Henrique Pires Monteiro (1882-1958), Álvaro Rodrigues Machado (1879-1946), José Vicente Gonçalves (1896-1985), Diogo Pacheco de Amorim (1888-1876), Mário Augusto da Silva (1901-1977), Herculano Amorim Ferreira (1895-1974)

e Branca Edmée Marques (1899-1986), Gumersindo Sarmiento da Costa Lobo (1866-1952) findaram ou aprofundaram a sua formação académica durante a I República.

São exemplificativos os casos de Pedro J. da Cunha que, tendo concluído em 1888 o Curso Geral da Escola Politécnica de Lisboa e, em 1891, o Curso de Engenharia Militar da Escola do Exército, obteve o grau de Doutor em 1913 e ainda de Herculano Amorim Ferreira, que se licenciou em Ciências na Universidade de Lisboa, em 1923, e se doutorou apenas em 1930. Mário Silva, entre 1918 e 1922, licenciou-se e doutorou-se na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, e em 1925 iniciou um outro doutoramento, tendo concluído em 1928; Branca Edmée, por seu lado, licenciou-se em 1925 em Ciências Físico-Químicas na Faculdade de Ciências de Lisboa, em 1931 estagiou no Instituto do Rádio de Paris, tendo obtido o grau de doutora pela Faculdade de Ciências da Universidade de Paris, em 1935.

No campo específico da Matemática são de salientar três personalidades que atravessaram as três primeiras décadas portuguesas em contexto internacional. Rodolfo Guimarães (1966-1918) tornou-se no símbolo internacional da História da Matemática em Portugal, uma referência da produção científica da historiografia matemática. Figura de prestígio ao serviço do Estado, colaborou com o mais bem sucedido editor português na viragem do século XIX: David Corazzi, *Biblioteca do Povo e das Escolas*. Preparou a edição de *Les Mathématiques au Portugal* (1909) e *Les Mathématiques au Portugal: apêndice II*, (1911), esta última edição explicitando que se tratava de um «Extrait de *O Instituto*» de Coimbra, em 1911, por R. G., «capitaine du génie, membre correspondant des Académies des Sciences de Lisbonne, Madrid, Barcelone et Montpellier de l'Institut de Coimbra, des Sociétés de topographie de France, des Sociétés scientifiques argentine "Alzate", du Mexique». Francisco Gomes Teixeira (1885-1933) pertence à geração dos historiadores da Matemática do início do século XX português, ao nível da divulgação da cultura científica, mediatizada pela Academia das Ciências de Lisboa. Refira-se a *História das Matemáticas em Portugal. Lições proferidas de 12 a 19 de abril de 1932*, publicadas pela Academia das Ciências – Biblioteca de Altos Estudos, em Lisboa, no ano de 1934. Pedro José da Cunha (1920-1995), matemático, membro da Academia das Ciências, professor da Faculdade de Ciências – Universidade de Lisboa, encarrega-se de apresentar o *Bosquejo histórico das matemáticas em Portugal* (1929), publicação oficial com a cruz de Cristo como símbolo nacional, como a imagem três evidência. E, finalmente, Pedro José da Cunha cruzou-se com estes dois prestigiados matemáticos em vários contextos institucionais, como a Sociedade de Geografia de Lisboa ou a Academia das Ciências.

Um último contributo para a geração de cientistas: os geólogos, geração de gente ativa em vários domínios – a Arqueologia, a Antropologia, a Geologia, a Fotografia, a Engenharia. Personalidades que prestaram serviço público em variados organismos do Estado do final da Monarquia e da República, na metrópole e nas colónias, e obtido a sua formação no âmbito da formação politécnica ou de instituições militares, em Portugal. É na segunda metade do século XIX, em 1857 que se constitui oficialmente a Comissão dos Trabalhos Geológicos, criada por decreto real de dezembro logo na entrada da Regeneração 1852. À frente deste organismo ficam Carlos Ribeiro (1813-1882), engenheiro pela Escola Politécnica do Porto, inspetor superior de Minas, e Pereira da Costa (1809-1889), graduado em Medicina pela Universidade de Coimbra,

lente de Geologia e Mineralogia na Escola Politécnica de Lisboa. Como adjunto foi nomeado o engenheiro Nery Delgado (1835-1908), autor de uma importante obra sobre a geologia portuguesa, que, mais tarde viria a ser nomeado para a chefia deste organismo. Perfis de formação e de atuação científica característicos da época, sendo membros ativos da Academia das Ciências de Lisboa e, no último quartel, figuras que atravessam o ambiente científico e publicista da Sociedade de Geografia de Lisboa e que se encontram em redes de trabalho com várias áreas em que a jovem ciência da geologia deve, e pode, intervir, nas minas ou noutro campo aparentemente distanciado como a arqueologia pré-histórica. É neste contexto que em 1880, em Lisboa, Carlos Ribeiro é anfitrião científico do Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie pré-historiques, tendo feito o discurso inaugural na qualidade de secretário-geral do congresso. Aliás Carlos Ribeiro foi personagem-chave da geologia em congressos e figura de deambulações internacionais em outras geografias de congressos. Registe-se a sua presença, anteriormente, em 1872 na 6.ª session du Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie pré-historiques, Bruxelles, ou em 1878 no Congrès de Paris, Association Française pour l'avancement des Sciences.

Entende-se, pela sequência das datas, que o ano especial de 1880, para Portugal, foi convenientemente preparado por este geólogo de exceção para atrair a Lisboa a comunidade científica internacional da Geologia e da Arqueologia. Aspectos importantes deste perfil encontram-se relevantemente abordados por Joaquim Nery Delgado (1835-1908), *Elogio histórico do General Carlos Ribeiro*, Lisboa, editado pela oficial Imprensa Nacional, em 1905; Nery Delgado é outra das personalidades que muito contribuiu para a relevância da Geologia em Portugal, contando com inúmeras colaborações na publicações da Comissão de Trabalhos Geológicos. Três personalidades que estruturaram institucionalmente a instituição geológica em Portugal e a quem se deve a estruturação da atividade científica no Portugal do século XX. Segundo Teresa Salomé Mota (2009), «No início do século XX, e em especial após a morte de Nery Delgado, os Serviços Geológicos de Portugal (SGP) tinham dificuldades em desenvolver uma atividade geológica consistente e significativa. Tal circunstância influenciou, em parte, a difícil situação atravessada pelo setor mineiro português. Na tentativa de inverter este estado de coisas, o Estado Novo criou, em 1939, o Serviço de Fomento Mineiro (SFM). Na década de 1940, os engenheiros de minas do SFM defenderam a utilização de métodos geofísicos na prospeção de depósitos minerais. Depois de ter adquirido à Suécia uma aparelhagem sísmica, o SFM desenvolveu trabalhos de prospeção na região do vale diapírico das Caldas da Rainha. Esse trabalho foi acompanhado pelo geólogo dos SGP, Georges Zbyszewski (1909-1999). A tese defendida no presente trabalho é a de que a atividade desenvolvida por Zbyszewski, conjugada com outros fatores, intrínsecos e extrínsecos aos SGP, terá contribuído para alterar o estatuto dos geólogos e da Geologia em Portugal, com destaque para a situação nos próprios SGP» (MOTA, 2009, 131).

A ligação entre cientistas e a República pode significar marcar encontro com um conjunto muito diversidade de formações científicas e entrar na rede nacional e internacional das instituições científicas existente em Portugal, desde o final do século XIX até ao Estado Novo em vésperas da II Guerra Mundial (1940). Um painel diversificado de gente que se encontrava já operante e dinâmica na altura da implantação da Repu-

blica tendo, maioritariamente, um perfil comum: formação académica nacional, missões oficiais, científicas ou de representação do Estado no estrangeiro (com estatuto de bolsheiro, de viagem de estudo, de participante em congressos internacionais ou preparando material científico para exposições universais ou internacionais). Deste modo davam continuidade e alargamento à formação base, inserindo estes complementos científicos na prática profissional das instituições em que se encontravam, ou ampliando a rede de relações das sociedades e associações científicas portuguesas, europeias e americanas a que pertenciam e nas quais participavam com regularidade. Entrar no universo da ciência – prática de cientista – significava, de facto, ter um cunho internacional, dado que a Ciência, como conceito, foi entendida, por estas gerações de protagonistas, como conhecimento que ultrapassava as fronteiras nacionais ou o território da «Pátria» Republicana ou de Estado Novo; uma ciência, além-fronteiras em rede e em ambiente de diferentes mecanismos de sociabilidade científica internacional.

**Bibliografia:** *História e desenvolvimento da Ciência em Portugal no século XX*, Lisboa, Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, Tomos I, II e III, 1989; LOPES, Quintino Manuel Junqueira, *Portugal 1940. A internacionalização dos cientistas do VIII Congresso do Mundo Português*, Tese de mestrado de Estudos Históricos Europeus (Orientadora Maria de Fátima Nunes), Universidade de Évora, 2010; MOTA, Teresa Salomé, «Os olhos da Geologia, o discurso dos engenheiros e o saber dos geólogos: o início da utilização de métodos geofísicos na prospeção de recursos minerais em Portugal», *Comunicações Geológicas*, 2009, Tomo 96, p. 129-142.

[Maria de Fátima Nunes]

## CINCO DE OUTUBRO

Ao fim de mais de 30 horas de fogo aberto entre os núcleos revolucionários estacionados na Rotunda do Marquês, em Alcântara e em barcos no Tejo, e as forças fiéis à Monarquia, instaladas entre o Rossio, o Jardim do Torel e as cercanias do Quartel do Carmo, a República era proclamada à varanda da Câmara Municipal de Lisboa, o Município que tinha sido conquistado pelos republicanos nos dois últimos anos do anterior regime. Segundo José Relvas, um dos membros do comitê revolucionário e do diretório do Partido Republicano, às nove horas da manhã de 5 de Outubro «A Praça do Município regorgitava, cheia pela multidão que ali acorrera logo depois de pacificada pela confraternização do Rossio». Muitas unidades que se tinham mantido fiéis à Monarquia e tinham combatido os revoltosos republicanos aderiram à Revolução. De entre todas, só a bateria de Queluz, comandada por Paiva Couceiro mantinha uma atitude de resistência em defesa da Monarquia. Ainda segundo as *Memórias* de José Relvas «O Terror era imenso. No Tejo as descargas dos canhões dos navios *Adamastor* e *S. Rafael* impuseram silêncio às metralhadoras do Rossio». A Lisboa monárquica rendia-se ao reduto da Rotunda – pouco numeroso e armado –, à marinhagem estacionada no Quartel de Marinheiros de Alcântara e ao cerco naval montado no Tejo. Sempre assim fora e havia de ser durante os movimentos

## ELETRICIDADE. PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E CONSUMO

Em 1910, quando foi implantada em Portugal a I República, o país possuía já algumas cidades iluminadas a luz elétrica e esta fonte de energia e iluminação era igualmente utilizada no espaço doméstico, nos edifícios públicos e em algumas indústrias. Foi, contudo, preciso esperar ainda algumas décadas até à generalização da eletricidade na vida quotidiana e na produção industrial.

### A produção de eletricidade: centrais térmicas e centrais hidroelétricas

Nos inícios do século XX, o setor elétrico era caracterizado pela existência de um grande número de produtores que possuíam centrais elétricas de pequena dimensão, maioritariamente térmicas, que visavam, sobretudo, o fornecimento de eletricidade para a iluminação pública. Deste cenário exceção faziam-se a Sociedade de Energia Elétrica, no Porto, e a Companhias Reunidas Gás e Eletricidade, em Lisboa, que para além de produzirem eletricidade para a iluminação pública e privada destas cidades forneciam também eletricidade para a indústria. Na ausência de grandes produtores, que assegurassem uma produção suficiente e constante, as grandes indústrias que utilizavam já esta energia viam-se obrigadas a instalar as suas próprias centrais, na maior parte dos casos térmicas.

De acordo com os dados fornecidos pela *Revista de Obras Públicas e Minas* (481-482, 1910, p. 203), até 1910, foram registadas 73 indústrias de eletricidade e, durante esse ano, as seguintes nove: J. Carvalho & Irmão em Vila Nova de Famalicão, destinada à iluminação pública e privada, com uma potência de 60kW; Gomes & Mattos no Bom Jesus, em Braga, com o fim de iluminar o Grande Hotel do Elevador e o Grande Hotel do Lago, com a potência de 3003kW; Manuel da Silva Neves, na Figueira da Foz, com o objetivo de fornecer energia para um cinematógrafo, com 7kW; Dias Nogueira e C.<sup>a</sup>, em Monte Redondo, Goes, destinada à iluminação e produção de energia para a força motriz da Fábrica da Ponte de Santtam, com 140kW; Adrião Coelho Novaes, em Louza de Cima, Loures para a iluminação de lagar e casa de habitação e produção de energia para um moinho de azeite, com 5kW; Sociedade Clemente Menéres, Ld.<sup>a</sup>, no Porto, destinada à iluminação e força motriz de uma fábrica com 11kW; António de Oliveira Duarte, em Abrantes, com o objetivo de produzir energia para a iluminação pública e privada, com 92kW; Manuel Pacheco Vieira, em Vila da Povoação, em Vale de Furnas, para a iluminação pública e privada, com 40kW; João Raposo de Medeiros, na Horta, para a iluminação pública e privada com 100kW. Esta lista é bem demonstrativa da grande disparidade da dimensão das instalações elétricas e dos consumos a que as mesmas se destinavam neste princípio de século.

Em 1918, o engenheiro Maximiliano Apolinário publicou no artigo «A indústria da energia elétrica em Portugal», que surgiu na *Revista de Obras Públicas e Minas* (n.º 583 a 588, p. 103 a 113), o levantamento das indústrias elétricas existentes em Portugal, que tinha realizado no ano anterior. Este levantamento, baseado nas infor-

mações obtidas junto das empresas e das entidades exploradoras da energia elétrica, apesar de não ser exaustivo em relação às empresas autoprodutoras de eletricidade nem às de tração elétrica, permite ter uma visão geral da situação da indústria elétrica no país, naquela altura. As informações coligidas identificaram 39 centrais, das quais 12 hidroelétricas, 6 mistas e 21 termoelétricas, que no conjunto atingiam uma potência instalada 13 136kW, ou seja, uma média de 336,8kW por central e um consumo médio 1,9kW por cada 100 habitantes. Os dados sobre o consumo demonstravam um desfasamento assinalável em relação aos consumos que na mesma altura se praticavam nos principais países europeus. As informações recolhidas demonstraram também que a produção e distribuição de eletricidade apenas cobria 40 concelhos do país, o que representava apenas cerca de 15% do total dos concelhos.

A produção de eletricidade da maioria das centrais, consideradas por Maximiliano Apolinário, destinava-se apenas ao mercado local. Como exceções surgiam a Hidroelétrica do Coura, a Hidroelétrica do Corvete, a Hidroelétrica do Varosa, a Hidroelétrica da Serra da Estrela e a Companhias Reunidas Gás e Eletricidade, que tinham uma dimensão que extravasava o nível concelhio, embora não se pudessem considerar centrais regionais (alimentavam no máximo duas ou três povoações).

Na altura a hidroeletricidade representava menos de 17,5% do total da potência instalada. Os primeiros alvarás régios que tinham sido concedidos para o aproveitamento das quedas de água datavam do início do século XX. Nalguns casos, as empresas concessionárias iniciaram de imediato as obras de aproveitamento dos rios e a produção de eletricidade, noutros o aproveitamento dos rios não se chegou a concretizar. A Eletro Moagem de Riba Coa, que obteve a concessão do rio Coa em 1906, instalou, nesse mesmo ano, uma pequena central e linha para o Pinhel. Por seu lado, a Hidroelétrica do Varosa, que obteve a concessão em 1907, em dois anos já estava em condições de fornecer energia elétrica a Lamego e a Peso da Régua. Em 1908, a atribuição da concessão do rio Alva permitiu que a Empresa Hidroelétrica da Serra da Estrela construísse a Central da Senhora do Desterro, a maior central hidroelétrica na altura existente no país.

Ao longo da década de 1910, assistiu-se a um crescente interesse pela hidroeletricidade, que os anos da I Guerra Mundial contribuíram para acentuar. De facto, a escassez de carvão, que o país viveu durante a guerra, e que obrigou a pôr em prática medidas restritivas do consumo de eletricidade, tornou mais evidente a necessidade de encontrar uma alternativa à termo-eletricidade que pudesse assegurar e ampliar a produção e distribuição de eletricidade, sem a dependência constante dos recursos carboníferos estrangeiros a que nos obrigava a carência de combustíveis existentes no país e o fraco poder calorífico dos carvões portugueses.

Data do pós-guerra o surgimento das primeiras empresas regionais de aproveitamento da energia hidroelétrica, como é o caso da União Elétrica Nacional, criada em 1919.

Em 1928, quando se realizou a primeira estatística das instalações elétricas, o número total de instalações elétricas existentes no país elevava-se a 354, das quais 69 eram hidráulicas e 285 térmicas. Na altura, apenas duas centrais hidráulicas e três térmicas tinham uma potência superior a 5000kW e, como referiu Ezequiel de Cam-

pos, o país continuava a caracterizar-se por «uma verdadeira dispersão se centrais minúsculas» («Eletrificação», *Revista da Ordem dos Engenheiros*, IV, 27, 1946, p. 166).

### A criação de redes para a iluminação pública e privada a eletricidade

A primeira década de novecentos foi marcada pela introdução da eletricidade na iluminação pública de vários centros urbanos do país, processo que se iniciara na década de 1880. No entanto, em algumas cidades e vilas, a introdução da luz elétrica foi dificultada pela pré-existência da iluminação pública a gás, que, na maior parte dos casos, era explorada por companhias, num sistema de monopólio garantido pela atribuição da concessão da iluminação pública, durante um período de tempo que, normalmente, ia de 30 a 60 anos.

A pré-existência da iluminação pública a gás teve como consequência três situações diferentes na criação de redes urbanas de eletricidade. Nuns casos, verificou-se o estabelecimento de empresas de produção e distribuição de eletricidade que, atuando num mercado paralelo ao da produção e distribuição de gás, forneciam a eletricidade para o consumo privado. Foi o que se verificou, por exemplo, na cidade do Porto com a Companhia de Luz Elétrica, que estabeleceu uma pequena central e rede de distribuição e, em 1887, passou a fornecer eletricidade para os consumidores privados, conquistando, desta forma, um mercado paralelo ao da iluminação pública. Semelhante estratégia verificou-se também em Évora com a C.<sup>a</sup> Eborense de Eletricidade, na primeira década do século XX.

Um outro tipo de situação foi aquela que se registou em Lisboa, onde uma das empresas que explorava a iluminação a gás, a Companhia Gás de Lisboa, em 1889 instalou uma pequena central elétrica na Avenida da Liberdade e iniciou a iluminação pública dessa avenida a eletricidade.

O atraso na instalação de redes de gás em algumas cidades, que deste modo não se encontravam condicionadas por compromissos contratuais, criou-lhes uma situação favorável para aderirem à eletricidade. Como resultado desta situação, algumas cidades de pequena dimensão e localizadas no interior do país foram precoces na instalação de redes de produção e distribuição de eletricidade para a iluminação pública. Neste contexto se enquadra a inauguração, em 1893, da iluminação pública a luz elétrica na cidade de Braga e, no ano seguinte, em Vila Real. Muitas vezes a introdução da luz elétrica nestas cidades esteve associada à utilização da eletricidade como força motriz por parte de empresas industriais, que, através da produção de energia para a iluminação pública durante a noite, ou seja, no momento em que a fábrica não se encontrava a trabalhar, procuravam rentabilizar o investimento feito na instalação da sua central elétrica. Foi o caso da Companhia Elvense de Moagens a Vapor que, em 1901, passou a fornecer energia para a iluminação pública da cidade de Elvas, ou o caso da Moagem de António Rosado Caeiro, que a partir de 1905 forneceu a energia necessária para a iluminação pública de Reguengos de Monsaraz, para dar apenas alguns exemplos.

No entanto, se nas primeiras décadas do século XX foram numerosos os pedidos de concessão da iluminação pública e a atribuição dessas mesmas concessões, a

verdade é que nem todas se concretizaram. Refira-se, por exemplo, o caso da empresa Moon Longhkin & C.<sup>a</sup>, com sede em Manchester, que, tendo obtido a concessão da iluminação pública de Guimarães e Estremoz, não conseguiu concretizar a instalação de rede de distribuição da iluminação pública em nenhuma destas localidades. Situação que se repetiu em vários outros casos e que decorria dos elevados custos financeiros que implicava a instalação dessa mesma rede.

### O enquadramento legal da produção e distribuição de eletricidade durante a República

Inicialmente, as instalações elétricas estavam dependentes da Repartição dos Telégrafos da Direção-Geral dos Serviços Telegrafo-Postais, mas, no início do século XX, a avaliação dos processos relativos à concessão, instalação e exploração de infraestruturas elétricas passou a estar dependente de uma Inspeção-Geral de Telégrafos e Indústrias Elétricas, que foi criada no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, ministério que, com a implantação da República, se passou a designar Ministério do Fomento.

Durante o período republicano, foram publicados vários textos legislativos que procuravam normalizar as concessões da iluminação pública pelas Câmaras Municipais. Com esse objetivo, em 30 de novembro de 1912, a Administração-Geral dos Correios e Telégrafos publicou o «Caderno de encargos-tipo para a concessão por uma Câmara Municipal duma distribuição de energia elétrica», o qual esteve em vigor até 1923. Data também desse ano o «Regulamento das concessões de licenças para o estabelecimento e exploração de instalações elétricas». Em 1913, foi publicada a lei que atribuía às câmaras a capacidade de deliberarem sobre a «municipalização dos serviços locais» (lei de 7 de agosto de 1913). Esta lei previa, ainda, que as câmaras se pudessem federar para a administração, em comum, de um ou mais serviços públicos, como era o caso do abastecimento de águas ou energia.

Na sequência do 1.º Congresso Municipalista Alentejano, realizado em 1915, e durante o qual as vantagens da municipalização dos serviços foram discutidas e apoiadas pelos congressistas, várias cidades colocaram a hipótese de explorar diretamente a iluminação pública e o saneamento. No entanto, poucos foram os casos em que essa municipalização se concretizou nessa década. Embora, em 1927, se considerasse que a municipalização de certos serviços de utilidade pública era já uma realidade no país (decreto n.º 13 350, de 25 de março de 1927), a verdade é que só cerca de 15% dos concelhos exploravam diretamente os serviços de iluminação ou do abastecimento de águas.

A Lei das Águas, de 10 de maio de 1919 (decreto n.º 5787), dava também aos municípios federados algumas vantagens, embora a sua efetivação prática fosse dificultada por algumas restrições estabelecidas na própria lei. No ano seguinte, foi criada a Administração-Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos (decreto n.º 7039, de 17 de outubro de 1920).

Já após o 28 de Maio de 1926, foi publicada a Lei dos Aproveitamentos Hidráulicos (decreto n.º 12 559, de 20 de outubro), que estabelecia o princípio da

rede elétrica nacional. No ano seguinte, foi posta em concurso a apresentação de anteprojetos da Rede Elétrica Nacional. Estava aberto o caminho para a «lei n.º 2002, da Eletrificação do País» publicada, em dezembro de 1944, e que veio a ser documento estruturante da Rede Elétrica Nacional.

### A evolução da produção e o consumo de eletricidade nas cidades de Lisboa e do Porto de inícios do século XX a 1948

Para o final do século XIX e inícios do século XX, não é possível conhecer, em termos nacionais, a forma como evoluiu o consumo de eletricidade. Nas cidades de Lisboa e do Porto a evolução foi ascendente, mesmo durante os anos da I Guerra Mundial, tendência que parece ter-se verificado na grande maioria dos outros centros urbanos que já beneficiavam desta fonte de iluminação e energia.

Após o fim da guerra, o consumo do Porto manteve a tendência ascendente, que se acentuou a partir de 1922, altura em que a entrada em funcionamento da Central do Lindoso assegurou o aumento da produção de energia e permitiu dar resposta aos vários pedidos de ligação à rede pública da cidade. No caso de Lisboa, embora não se tenha conseguido estabelecer uma linha evolutiva dos consumidores e montantes produzidos/consumidos entre o fim da guerra e o final dos anos 20, a diferença de valores entre 1918 e 1929 é bem demonstrativa desse crescimento. Enquanto, na primeira data, os consumidores se elevavam a 8127 e o consumo a 6,55 Gigawatt (GW), em 1929 esses valores tinham aumentado para 77 409 consumidores e 45,48 Gigawatt (GW). Este aumento do consumo de eletricidade, em Lisboa, foi tributário do aumento da capacidade de produção da Central Tejo, que na sequência da sua ampliação e da introdução de novas máquinas passou de 8300kW para 27 750kW de potência instalada.

Com base nos dados que a partir de 1928 foram publicados na *Estatística das Instalações Elétricas*, constata-se que, se nessa data, as cidades de Lisboa e do Porto têm ainda um peso determinante no consumo global de eletricidade, a tendência registada até à II Guerra Mundial mostra o peso cada vez menos acentuado destas cidades no consumo global do país. Esta tendência traduz o aumento do consumo de eletricidade noutras regiões do país. Contudo, esse aumento é marcado por grandes disparidades regionais, verificando-se uma maior eletrificação do litoral por oposição ao interior e do Norte, em contraste com o Sul.

### A eletricidade e a indústria

As primeiras utilizações de eletricidade pela indústria foram precoces e remontam à década de 80 do século XIX. Data desta altura a sua introdução na fábrica de Tomar. Na década seguinte, a indústria de moagem e a tecelagem conheceram também as vantagens da utilização da luz elétrica, a qual, nos primeiros anos do século XX, se estendeu a outros setores industriais. Embora não seja possível determinar o início da utilização da eletricidade como força motriz, conhecem-se dados para o número de

motores que eram alimentados pelas redes elétricas de Lisboa e do Porto, e a evolução do seu número traduz uma adesão por parte dos industriais, que não deve ser negligenciada nos estudos sobre a atividade industrial portuguesa deste período. Até porque o número de motores elétricos que, nesta altura, eram utilizados nas fábricas e oficinas era, seguramente, superior àquele que conseguimos identificar.

Em 1924, a rede municipal de eletricidade da cidade do Porto alimentava 1498 motores, na sua maioria de muito pequena potência (menos de 1 horse-power [HP]), representando os motores com mais de 10HP apenas 1,9% dos motores instalados. A proliferação de motores de pequena potência correspondia à própria estrutura industrial da cidade, marcada por uma grande quantidade de pequenas fábricas e oficinas. Nesta altura, o número de motores alimentados pela rede municipal de Lisboa elevava-se a 1552 e, até junho de 1925, foram instalados mais 86 motores. A potência total destes motores ascendia a 3521 em 1924 e a 3661 em 1925.

Segundo os dados publicados na *Estatística das Instalações Elétricas* de 1929, a percentagem de energia elétrica consumida pela indústria elevava-se, em 1927, a 33,5% do total de eletricidade produzida no país. O têxtil, a moagem e a cerâmica eram os setores industriais em que se registava uma maior adesão à energia elétrica.

Se nalguns casos a introdução da força motriz foi acompanhada de uma nova forma de organização do espaço fabril, de maior precisão do trabalho e de custos de rentabilidade que resultavam da aplicação de um motor elétrico a cada máquina, noutros a alteração limitou-se a substituir um sistema de produção de força por outro, sem que desaparecesse todo o sistema de veios e transmissões que eram característicos da utilização de outras forças energéticas, como o vapor ou a energia hidráulica. No entanto, em várias fábricas, a introdução da eletricidade como força motriz foi acompanhada pelo sistema de alimentação individual das máquinas e das ferramentas, que possibilitava não só novas formas de organização do espaço fabril, como uma maior racionalização e rentabilidade do trabalho. Refiram-se, como exemplos, a Companhia Fabril do Cavado, a Empresa Transformadora de Lã, Ld.ª, na Serra da Estrela, e a Empresa Vulcano e Colares.

### A eletricidade e os transportes

As primeiras aplicações de eletricidade aos transportes datam de finais do século XIX, e os elétricos foram introduzidos na cidade do Porto em 1895. Em Lisboa, a tração elétrica iniciou-se em 1901, após a construção da Central Elétrica de Santos, que permitiu fornecer a energia elétrica necessária a este meio de transporte urbano. Por volta de 1905, já os americanos tinham desaparecido definitivamente da cidade e, em 1910, os principais pontos da cidade estavam já ligados pelo elétrico, cuja extensão da rede atingia 114,7km. A exploração altamente rentável deste sistema permitiu baixar as tarifas, o que favoreceu a maior utilização deste meio de transporte urbano. O número de passageiros transportados elevava-se em 1910 a 49 925 176, atingindo uma média de 317 passageiros por carro/dia.

Quatro anos depois, este melhoramento estende-se a Coimbra e, em 1914, a Braga. Também em 1914, foram eletrificados os primeiros elevadores da cidade de

Lisboa – os elevadores da Bica, do Lavra e da Glória –, que pertenciam à Companhia dos Ascensores.

Nestes primeiros tempos do século XX, a energia consumida em tração era ainda diminuta e só com a aplicação da eletricidade aos comboios o consumo de eletricidade, para tração, conheceu um aumento significativo. A primeira linha de comboios a ser eletrificada foi a linha de Cascais, em 1926. No entanto, a primeira iniciativa para eletrificar esta linha data de 1915, altura em que a Sociedade Estoril apresentou semelhante proposta à Companhia Carris de Ferro Portugueses. Na altura, chegou-se mesmo a iniciar os trabalhos de eletrificação da linha, mas o desencadear da guerra impediu a concretização desta iniciativa, que só na década de 1920 foi retomada. Quando foram retomados os projetos de eletrificação da linha de Cascais a Sociedade Estoril era dirigida pelo engenheiro Manuel Belo, que, juntamente com o sub-diretor, engenheiro Cancela de Abreu, acompanhou de perto os trabalhos de eletrificação da linha e de remodelação das estações. Em 1924, os trabalhos de eletrificação da linha de Cascais estavam em pleno desenvolvimento e, em abril desse ano, tinham-se colocado colunas nas plataformas da Estação de Algés, tendo um comboio de serviço distribuído colunas entre as Estações do Cais do Sodré a Cascais. Em agosto de 1926, foi finalmente inaugurada, com grande adesão da população, esta linha. A energia necessária ao funcionamento desta linha era assegurada pela CRGE a partir da Central Tejo, sob a forma de corrente alterna de 10 000 volts.

#### Das comunicações à medicina: as aplicações diversificadas da eletricidade

Desde as últimas décadas do século XIX que as aplicações da eletricidade foram diversificadas, estendendo-se da iluminação até ao telefone ou à medicina. Apesar de o consumo de eletricidade pelas telecomunicações ser marginal, esta foi uma das aplicações da eletricidade que maiores alterações provocaram na economia, na sociedade e na política dos diferentes países, pela possibilidade de fazer circular a informação de forma rápida e espacialmente alargada. A possibilidade de transmitir o som através da telegrafia elétrica, do telefone, da telegrafia sem fios (TSF), da radiodifusão e da televisão, marcou uma viragem tecnológica importante na utilização da eletricidade. De facto, o desenvolvimento de sistemas de comunicação, como a TSF, esteve associada, uma tecnologia radicalmente diferente, a eletrónica.

No início do século XX, o telefone era ainda um produto de luxo só acessível às empresas, aos serviços públicos e a escassos particulares e estava apenas implantado em Lisboa. Na década de 1920, a sua utilização alargava-se já a outras cidades portuguesas, embora na maior parte dos casos fossem redes que serviam um número muito reduzido de aparelhos telefónicos, como era o caso, por exemplo, de Alenquer que, em 1924, possuía apenas 14 linhas de telefone ou de Vila Franca de Xira que, na mesma data, tinha 32 linhas. Nos anos seguintes, as redes alargaram-se e, em 17 de maio de 1928, foi inaugurado o telefone direto que ligava Lisboa a Madrid.

O interesse pela TSF levou, depois de um processo complicado, ao estabelecimento da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, sociedade anónima de responsabilidade limitada, para cujo conselho de administração foi nomeado António Centeno.

Além das comunicações, a eletricidade foi também importante para assegurar o abastecimento de água a vários centros urbanos, pois permitiu a captação de águas a maior profundidade. Em 1925, foram instaladas em Coimbra bombas elétricas de elevação de água e, em 1927, a Companhia das Águas de Lisboa instalou uma central elétrica de captação de água.

Também no campo da medicina são referidas aplicações da eletricidade. Refira-se a sua utilização no Instituto Médico, instalado em 1903, por iniciativa do médico Virgílio Machado, na Rua da Alfândega, junto ao Campo das Cebolas, onde existia «uma câmara escura para a endoscopia geral pela luz elétrica» e onde se faziam radiografias.

**Bibliografia:** FERREIRA, Jaime Alberto do Couto, e FIGUEIRA, João José Monteiro, *A eletrificação do centro de Portugal no século vinte*, Lisboa, EDP-distribuição, 2001; MARIANO, Mário, *História da electricidade*, Lisboa, EDP, 1993; MATOS, Ana Cardoso de, [et al.], *A electricidade em Portugal. Dos primórdios à 2.ª Guerra Mundial*, Lisboa, EDP, 2004.

[Ana Cardoso de Matos]

## ELITE POLÍTICA

O termo «elite» é aqui usado numa aceção meramente descritiva e de acordo com um critério posicional, designando aqueles que ocupam os lugares de topo na hierarquia das funções políticas – independentemente da avaliação dos seus méritos, da duração (curta ou longa) dos seus mandatos ou da sua influência real nos processos decisórios. No caso vertente, analisaremos o «círculo central» da elite política da I República, focando os que exerceram cargos ministeriais e parlamentares (apenas os deputados, devido à ausência de dados prosopográficos sobre os senadores).

A mudança de regime, em 1910, implicou uma profunda substituição da elite política dirigente – um tempo novo, homens novos. De facto, dos ministros e deputados da I República muito poucos tinham exercido idênticas funções ou desempenhado outros cargos políticos na Monarquia. Assim, dos governantes após-1910 apenas Bernardino Machado, que aderira ao Partido Republicano Português muito antes do 5 de Outubro, tinha participado (em 1893-1894) num executivo monárquico. E num total de 751 indivíduos eleitos para a Assembleia Constituinte e para a Câmara dos Deputados, só 6,4% tinha frequentado os lugares institucionais do poder no regime anterior – a grande maioria como parlamentar, e alguns destes em representação do Partido Republicano. Apenas na legislatura sidonista (1918-1919), em que monárquicos e católicos ocuparam mais de um quarto dos lugares do hemiciclo de S. Bento, se verificou uma proporção mais expressiva (17%) daqueles que tinham iniciado o seu tirocínio político no regime deposto.

A forte descontinuidade pessoal na composição do núcleo central da elite dirigente *ante et post* 1910 significou também, algumas alterações e cambiantes nas suas características. Em termos sociológicos, e apesar do acentuado plebeísmo da «classe política» da Monarquia, vários indicadores e testemunhos coevos apontam para uma extração social mais modesta dos novos governantes, que provinham sobretudo